



## 1.19 • Conjuntura Internacional

### Diplomacia científica e tecnológica, comunicação de inovação e empreendedorismo

Sandro Mendonça

A CIÊNCIA E A INOVAÇÃO são hoje fenómenos globais. O ambiente de acção dos agentes e reguladores nunca foi tão densamente interconectado e interactivo, tão exigente em termos de iniciativa e adaptação, tão assente em activos intangíveis e infraestruturas de saberes. Em particular a capacidade de manobra na actual economia globalizada de conhecimento em rede é especialmente dependente de “saberes suaves” ligados a “competências comunicacionais” do lado emissor/produzidor e de “literacia mediática” do lado do receptor/utilizador.

#### A política externa do conhecimento economicamente útil

A “diplomacia científica” (DC) é aqui tomada como etiqueta breve para uma agenda de política pública emergente e diversificada que procura aliar designios ligados a conhecimento (variável *stock*) e competitividade (dimensão instrumental-económica), mas também de investigação (variável *flow*) e cooperação (dimensão substantiva-social). A DC começa a ser falada sobretudo a) numa época de *globalização* baseada em factores *intangíveis* de sucesso e de desafios *comuns* complexos, b) num contexto *saturado* em termos informacionais em que os recursos escassos são a *atenção* e a *certeza*. Por diplomacia científica começamos, assim, por entender um nexo de práticas na intersecção entre a política de negócios estrangeiros e a política de Ciência & Tecnologia ou, em termos mais gerais, entre estratégias de internacionalização e de inovação.

Elaboremos: tais actividades permitem desenvolver o ambiente nacional de investigação e empreendedorismo ao mesmo tempo que projectam na arena internacional os interesses estratégicos da comunidade de actores de referência. Efectivamente o conhecimento permite mudar a esfera dos assuntos exteriores (mais saber permite mais poder), mas ter influência no mundo exterior é um activo para reforçar os factores imateriais de sucesso (mais poder com vista a mais saber). O valor diplomático da investigação e da inovação advém de várias fontes, seja do prestígio que conferem, seja porque permitem a aproximação a audiências-alvo, seja porque possibilitam atingir pacificamente objectivos últimos vitais.

#### A “diplomacia aumentada” como nexo de práticas em transição

A própria noção clássica de diplomacia encontra-se, entretanto, em transição. A noção de diplomacia surgiu num âmbito vestfaliano: os Estados eram unidades soberanas; a política estava demarcada da economia e impunha-se esta; as elites estavam relativamente isoladas no seu exercício do poder. Porém, o mundo dos nossos dias

evoluiu: as fronteiras geográficas esbatem-se e os países partilham soberania em vários enquadramentos institucionais; os sectores público e privado misturam-se e este é crescentemente hegemónico como variável de mudança; a opinião nas praças comuns e nas redes sociais é uma torrente agitada e distribuída que os decisores públicos e privados não podem ignorar.

As últimas décadas têm, assim, assistido a uma fragmentação da disciplina Diplomacia, tendo emergido uma especialização e um desenvolvimento dos seus usos funcionais. Entre as várias vertentes que têm feito caminho é possível destacar: i) *diplomacia pública*, orientada para a criação de imagens favoráveis na população do próprio país ou em outros países; ii) a *diplomacia económica*, os actores públicos empenham-se em atrair e persuadir agentes privados para fins de investimento e comércio, iii) *diplomacia cultural*, como promoção de entendimento intercultural, incluindo intercâmbios nos domínios da língua, património, arte, etc.

É possível que, entre vários ingredientes, a DC integre vários destes elementos: popularização da ciência e jornalismo científico; construção de plataformas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico por motivos de prestígio e razões de rivalidade; integração e negociação entre várias comunidades de investigadores e inovadores.

“  
Entende-se aqui a Diplomacia Científica como parte de uma conceptualização sistémica do processo de mudança. Gerir este processo é orquestrar *inputs* que vêm de muitas partes do mundo.”

Por exemplo, a ideia de “diplomacia económica” é relativamente recente e está associada às manobras que os países, através dos seus vários agentes públicos e privados, põem em prática para alavancar a sua competitividade. Uma das primeiras referências a esta noção aparece no *The Economist* em 1929 (16 de Fev., p. 346), como qualificativo apostado a um livro sobre o papel da máquina burocrática dos EUA ao serviço do comércio internacional: um “campo pouco trabalhado”, diziam os redactores da revista. Já o conceito de “diplomacia pública” foi introduzido primeiro na academia em 1965, como forma de substituir a palavra “propaganda”, sendo atribuído ao norte-americano Edmund Gullion, antigo diplomata e então professor na Universidade de Tufts.

Seja como for, é já num contexto de desdobramento da actividade diplomática que se terá de compreender a DC. Mas também se pode reconhecer que, talvez devido à elegância do termo, a palavra diplomacia está a ser aplicada a tarefas que já eram realizadas. Aparentemente, aliás, a própria palavra “diplomacia” tem valor simbólico e as suas ressonâncias permitem dar uma aura distinta e nobre às práticas em questão. Em contraponto, numa sociedade de massas e numa economia industrial as diplomacias “pública”, “económica” e “cultural” também podem ser compreendidas como variedades de *marketing*: isto é, serviços profissionalizados 1) dirigidos aos povos e à sociedade civil organizada, 2) produzidos pelos próprios países, 3) vendendo tradições e sensibilidades, ideias e mundivisões.

#### A diplomacia científica como conceito fluido e processo líquido

Assim, enquadrar este fenómeno é necessário; perceber o seu nicho e lugar é preciso. A DC pode ser vista como uma ramificação recente no delta expansivo das diplomacias contemporâneas.

É possível igualmente ver os dois lados do espelho e tentar compreendê-la numa perspectiva ou mais *aristocrata* ou mais *burguesa*. O modo como se realiza e demonstra valor é diferente nestes dois tipos de regime.

Neste sentido podemos ver a DC entre dois casos polares. Ou como uma actividade grandiosa por parte de um corpo de elite dedicado a criar acordos científicos entre diferentes países e de lutar pela conquista de soluções para problemas difíceis. Ou como um processo de prospecção e criação de oportunidades (“mercado de ideias?”), de persuasão de possíveis parceiros (fornecedores de “dados” e clientes de “resultados?”), como um trabalho de popularização de certos programas de investigação e infraestruturas de conhecimento (“branding” e “public relations” de hipóteses e de instituições de ciência e empreendedorismo).

A DC, porém, é um conceito que encerra uma tensão ainda mais intensa: *ciência* representa “objectividade” e “verdade”; *diplomacia* representa “interesse” e “compromisso”. As actividades de produção de conhecimento resolvem problemas tanto em domínios estritamente intrínsecos (domínio da curiosidade desinteressada) como directamente extrínsecos (domínio das técnicas úteis). As ideias e os saberes sobre o funcionamento do natural e do humano são sempre multituos. Para além dos objectivos primeiros para os quais surgem as descobertas e as invenções, acabam por também promover os seus autores e ajudam a vencer num mundo de exigências e pressões.

Por isso, e dado que o conhecimento economicamente útil é um factor-chave do estatuto e do posicionamento dos protagonistas internacionais, é possível que, embora ainda pouco conhecida e estudada, a DC esteja a ser praticada consciente ou inconscientemente, implícita ou explicitamente, de modo mais ou menos visível, por instituições e Estados.

A DC é uma instância que exemplifica como o conceito de diplomacia possui hoje uma forma “fluida” e “adaptativa” (ver Cooper *et al.*, 2013, e também Kerr e Wiseman, 2013). A diplomacia padece da ambiguidade e da fragmentação que caracteriza tantos outros conceitos característicos de tempos que o filósofo Zygmunt Bauman (2000) genericamente denominou de “modernidade líquida”.

### A arte e a engenharia da diplomacia impura

Interpelemos a palavra “diplomacia”. Um ponto de partida é de imediato inspeccionar os dicionários. De acordo com o *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora trata-se da “ciência e arte da representação dos interesses de um país no estrangeiro ou da promoção do direito e das relações internacionais”.

Segundo o *Oxford English Dictionary*: “A profissão, actividade ou capacidade de gerir as relações internacionais, em geral por via dos representantes de um país” ou a “construção das relações internacionais por via da negociação”. Remontando aos finais do século XVIII, identificamos diplomacia como a *negociação* entre *nações* conduzida por *elites* muitas vezes com *discrição*.

A diplomacia situa-nos, então, no campo da gestão dos relacionamentos entre actores internacionais, em que pelo menos algum deles tem fins públicos ou pretende representar interesses gerais.

Trata-se de uma categoria ou constructo que evoca a perseguição de interesses e valores mas

que também remete para aptidões e competências específicas. As qualidades diplomáticas são também elencáveis, remetendo usualmente para competências como: tacto, astúcia, autocontrolo, conhecimento do protocolo, saber comunicar e alimentar conversa de salão, observação paciente e capacidade de descodificação de mensagens, agilidade para alcançar soluções “win-win” em processos intensivos de barganha, etc.

No entanto, e como o termo já se expandiu para além do perímetro semântico dos assuntos político-estratégicos, a “diplomacia” é hoje exercida por múltiplos actores, numa variedade de tabuleiros e numa variedade de campos temáticos. Ao contrário da era clássica Calvet de Magalhães (2005), a diplomacia já não existe no estado “puro”: só existe contaminada pelo contexto.

É interessante, então, notar que uma concepção actualizada de diplomacia implica actores *não-estatais* (por exemplo, ONGs) e *colectivos* (organizações internacionais), agindo sob a forma de *rede* (e não de clube selecto), incidindo em várias *arenas* (internamente aos países ou até no ciber-espço), elegendo vários *alvos* (as “elites” mas também a “opinião pública”), prossegue várias *finalidades* (exportações, acesso a financiamento, cooperação para o desenvolvimento, etc.), empregando várias *ferramentas* (num contínuo entre a coerção e o consentimento, entre encorajamentos e dissuasões).

### Trajectórias de intervenção no “espaço geocientífico”

O espaço geopolítico é uma arena de contestação público-privada e de ordenação económica-social. No domínio da “comunicação estratégica” todos os elos da “cadeia de valor da influência” parecem hoje ser um objecto válido de gestão de expectativas e crenças com vista a orientar os alvos para os interesses e os valores dos actores em questão. Esses passos podem intervir em vários graus de “granularidade” ou “escalas” de actuação, desde o nível micro até ao macro.

Esta visão matricial caracteriza a plasticidade da DC numa evolvente interactiva e complexa, indicando que é um aspecto de um entendimento maior dos fenómenos do conhecimento e da inovação. Entende-se aqui a DC como parte de uma conceptualização *sistémica* do processo de mudança.

Gerir este processo é orquestrar *inputs* que vêm de muitas partes do mundo, que são tratados por redes multiactores e que são transformados finura: eis um equipamento de “soft power” que continuará a desempenhar um papel. ■

#### Classificação de abordagens e políticas de diplomacia desenvolvidas em conhecimento

| Diplomacia (granularidade vs dimensão)                     | Investigação científica   | Desenvolvimento de tecnologias   | Inovação e empreendedorismo  |
|--|---|--|--|
| <b>Macro (escala nacional e continental)</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- celebração de acordos bilaterais</li> <li>- pertença a instituições internacionais (UNESCO, CERN, etc.)</li> <li>- promoção de nomes famosos da ciência nacional</li> <li>- esquemas de atracção de estudantes e cientistas do resto do mundo</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- pertença a programas internacionais aplicados ao desenvolvimento (como a European Space Agency, o CYTED, etc.)</li> <li>- visitas de governantes e suas comitivas a parques tecnológicos</li> <li>- organização e participação em exposições universais</li> <li>- documentários sobre inventores de artefactos célebres</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- instituições e acordos internacionais (como a OMP, o TRIPS, etc.)</li> <li>- co-deliberação e homologação de padrões técnicos (na ISO, no CERN, etc.)</li> <li>- promoção de exportações baseadas em conhecimento e captação de investimento em sectores dinâmicos</li> <li>- visitas de membros do governo a incubadoras e empresas</li> </ul> |
| <b>Meso (sobre sectores e territórios)</b>                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- políticas de promoção de cooperação entre instituições como universidades</li> <li>- organização e participação em conferências</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- organização e participação de feiras sectoriais</li> <li>- publicidade a parques tecnológicos</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- fóruns temáticos virados para as novidades de uma indústria</li> <li>- inserção de incubadoras em redes internacionais</li> </ul>   |
| <b>Micro (para indivíduos, organizações e comunidades)</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- museus de ciência</li> <li>- jornalismo científico</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- museus de invenções</li> <li>- organizações profissionais</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- museus de técnicas e indústrias</li> <li>- revistas de especialidade</li> </ul>   |

#### Referências

- BAUMAN, Z. (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity Press.
- COOPER, A.F., J. HEINE & R. THAKUR (eds.) (2013), *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*, Oxford: Oxford University Press.
- JÖNSSON, C. (2012), “Theorising diplomacy”, in B. J. C. McKercher (ed.), *Routledge Handbook of Diplomacy and Statecraft*, London: Routledge, pp. 15-28.
- KERR, P. & G. WISEMAN (eds.) (2013), *Diplomacy in a Globalizing World: Theories and Practices*, Oxford: Oxford University Press.
- Magalhães, J.C. (2005), *Diplomacia Pura*, Lisboa: Bizâncio.